



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA



ID: 23161321

18-12-2008

ESCÂNDALO
BPN

PROCESSO ■ INFORMAÇÃO CONSTA DO CASO BPN

Vieira compra 8 milhões em acções da SLN

■ Ministério Público investiga transacção entre a Euroamer e o presidente do Benfica

● HENRIQUE MACHADO

A Euroamer, gigante imobiliária que antes de falir era gerida por Artur Albarran, vendeu 4 913 438 acções da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) à Inland, de Luís Filipe Vieira, por oito milhões de euros. O negócio de 7 de Junho de 2001 terá sido favorável ao actual presidente do Benfica – uma vez que, nem seis meses antes, a mesma Euroamer tinha vendido, curiosamente, também 4 913 438 de acções da SLN a



Artur Albarran

uma outra empresa, mas neste caso por 11,8 milhões de euros. Toda a informação sobre estas duas transacções, sabe o CM, consta dos processos do Banco Português de Negócios, detido pela SLN, em investigação no Ministério Público.

O caso chegou ao Departamento Central de Investigação e Acção Penal através de dois relatórios da Inspeção-Geral de Finanças (IGF), onde se levantam suspeitas por crimes graves – entre eles branqueamento de capitais.

Os relatórios da IGF surgiram na sequência das investigações de rotina às sociedades gestoras de participações sociais – e foi na posse de toda esta informação so-

bre a Euroamer, recorde-se, que duas funcionárias da Procuradoria-Geral da República (ver texto na página ao lado) chantagearam Artur Albarran.

Fonte próxima de Vieira diz que "foi um negócio rentável"

Quando a Luís Filipe Vieira, contactado ontem pelo CM recusa comentar o assunto. No entanto, fonte próxima do presidente do Benfica adianta que este "não passou de um negócio muito rentável" de Vieira na sua actividade privada – e que "está devidamente registado na sua contabilidade". Quanto ao ex-jornalista Artur Albarran, que em 2001 era administrador da Euroamer, entretanto falida, esteve incontactável até à hora de fecho desta edição. ■

BPN nunca colaborou

● A Inspeção-Geral de Finanças, em documentos a que o CM teve acesso, pediu insistentemente informações à administração do Banco Português de Negócios sobre as tran-

sacções feitas pela Euroamer através do banco. Era o caso da venda de milhões de acções a Luís Filipe Vieira, em 2001, mas, já em 2003, a administração continuava sem responder aos inspectores. ■



Luís Filipe Vieira



1.600.000,00 €

CONTRATOS E UM CHEQUE DE MILHÕES
Entre a documentação a que o 'CM' teve acesso consta o cheque de Vieira – 1,6 milhões de contos (8 milhões de euros)

QUASE CINCO MILHÕES EM ACÇÕES
O cheque milionário garantiu ao presidente do Benfica quase 5 milhões de acções da Sociedade Lusa de Negócios



RECURSO | PEDIDO DE LIBERTAÇÃO

Oliveira e Costa aguarda em prisão preventiva, na cadeia da PJ, pela decisão do Tribunal da Relação ao recurso interposto para que possa aguardar julgamento em prisão domiciliária



PGR | EXPLICAÇÕES A DEPUTADOS

O procurador-geral da República, Pinto Monteiro, vai amanhã ao Parlamento, pelas 15h00, explicar aos deputados o que está a ser feito pelo Ministério Público na investigação ao BPN

MARIA DE BELÉM | INQUÉRITO

A deputada socialista Maria de Belém Roseira tomou anteontem posse na Assembleia da República como presidente da Comissão de Inquérito Parlamentar ao caso BPN



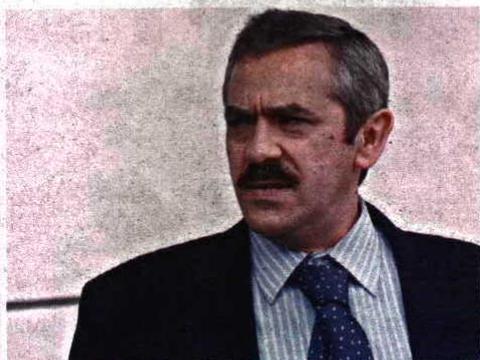
■ **Suspeitas.** A Inspeção-Geral de Finanças desconfia do negócio entre a Euroamer e a Sociedade de Lusa de Negócios na venda do terreno em Lisboa para a construção da sede do BPN.

MP aposta na colaboração de José Oliveira e Costa

● O conhecimento de José Oliveira e Costa sobre todas as operações desenvolvidas no universo do BPN ao longo dos últimos dez anos é essencial para o Ministério Público, de modo a descobrir quem foram os beneficiários das movimentações com grandes quantidades de dinheiro através de sociedades offshore. O CM sabe que o MP está especialmente atento às movimentações bancárias do grupo Euroamer, entretanto falido, porque grande parte dos milhões de euros transaccionados pela gigante imo-

biliária circulava pelo BPN. Toda a investigação está nas mãos do procurador Rosário Teixeira, do Departamento Central de Investigação e Acção Penal, que promoveu a prisão preventiva para o ex-presidente do BPN. No entanto, Oliveira e Costa já se terá mostrado disponível para colaborar com a Justiça, conforme o CM avançou, no sentido de ajudar o MP a seguir o rasto do dinheiro desaparecido do banco que geriu durante quase uma década. O objectivo é chegar aos destinatários de milhões de euros. ■

■ **Procurador.** A investigação de todos os processos que dizem respeito ao BPN está a cargo do procurador Rosário Teixeira, do DCIAP.



Euroamer vendeu terrenos ao BPN

■ Uma das principais suspeitas levantadas pela Inspeção-Geral de Finanças aos negócios da Euroamer de Artur Albarran, em 2000, diz respeito à venda dos terrenos onde foi edificada a sede do BPN - na Avenida António Augusto de Aguiar, em Lisboa.

Quando a inspeção concluiu os dois relatórios a elencar os factos sob suspeita de graves crimes económicos, entre os quais a venda de milhões de acções da Sociedade Lusa de Negócios à empresa de Luís Filipe Vieira e a uma outra, seis meses antes, os documentos foram remetidos à Procuradoria-Geral da República (PGR) para que fossem instaurados processos-crime.

Só que ali trabalhava Teresa de Sousa, secretária do então procurador-geral Cunha Rodrigues - que aproveitou o acesso aos relatórios

para extorquir dinheiro a Artur Albarran. Foi condenada e actualmente cumpre pena de prisão.

A tentativa de extorsão foi descoberta depois de Artur Albarran ter denunciado o caso à Polícia Judiciária. O próprio ex-jornalista funcionou neste caso como agente infiltrado. A funcionária foi apanhada pela PJ a receber dinheiro.

Mas Artur Albarran e a Euroamer não se livraram dos relatórios da Inspeção-Geral de Finanças, remetidos pela procuradoria para investigação no Departamento Central de Investigação e Acção Penal. O caso, visto estar ligado ao universo BPN, foi juntado aos actuais processos. Até porque documentos de offshores ligadas à Euroamer foram encontrados durante as buscas ao BPN no âmbito da 'Operação Furacão'. ■

● PORMENORES

● **'OPERAÇÃO FURACÃO'**
As primeiras suspeitas sobre as actividades do BPN surgiram em 2005, quando a equipa da 'Operação Furacão' estranhou os contactos do BPN com o Banco Insular de Cabo Verde.

● **BANCO INSULAR**
O Banco de Portugal apurou que o Banco Insular é detido pelo BPN e que tem um buraco financeiro de 360 milhões de euros.

● **ENVIOS PARA O BRASIL**
Entre Abril de 2003 e Setembro de 2008 o Grupo BPN enviou para o Brasil, através de várias entidades, como o Banco Insular e o BPN Cayman, 439 milhões de euros.

● **BURACO FINANCEIRO**
Quando foi nacionalizado, o BPN tinha um buraco financeiro de 700 milhões de euros. Desde então, a CGA injectou no banco mil milhões de euros.

Arguido diz não conhecer o plano de extorsão ao banco

● Guilherme Santos, um dos cinco homens acusados de terem tentado extorquir cinco milhões de euros ao BPN, disse ontem no Tribunal da Boa-Hora nunca ter sabido do plano de exigir o dinheiro sob a ameaça de entregar à Comunicação Social documentos que alegadamente denunciavam lavagem de dinheiro por uma agência do BPN.

O arguido confirmou apenas ter-se reunido com Domingos Freitas e Bruno Pimenta, que lhe mostra-

ram os documentos. "Limitei-me a dizer-lhes que, a serem verdadeiros, os papéis mostravam que havia lavagem de dinheiro", disse.

Tal como Bruno Pimenta, Guilherme Santos contradiz Domingos Freitas, que aponta Bruno e o pai, José Pimenta, como mentores do plano e garante ter contactado Guilherme para este negociar com o banco. Essa tarefa acabou por ser executada por Severiano Correia, que depõe a 7 de Janeiro. ■ J.C.M.



■ **Julgados.** Guilherme Santos (em cima à esq.), Bruno Pimenta, Severiano Correia e Domingos Freitas acusados de extorquir 5 milhões.

**BANCA****Tribunal reduz coima do BPN
Imofundos de 100 mil para 30 mil euros**

■ A sentença do processo que opõe a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e a BPN Imofundos foi esta terça-feira lida no 2º juízo do Tribunal de Pequena Instância de Lisboa. O processo remonta a 2006, altura em que a CMVM aplicou à BPN Imofundos uma coima única de cem mil euros, da qual a empresa requereu a impugnação judicial ainda em 2006. Fonte oficial da CMVM revelou ao Diário Económico que o tribunal decidiu reduzir a coima ao BPN Imofundos de 100 mil euros para 30 mil euros.

a cor do dinheiro



CAMILO LOURENÇO

A CGD, a “factura” BPN e o PREC

O Governo vai aumentar o capital social da Caixa Geral de Depósitos em mil milhões de euros. A decisão só surpreende os incautos dada a dimensão dos prejuízos do BPN, que devem ficar bem acima dos 700 milhões avançados inicialmente pelo ministro das Finanças.

Como a CGD é do Estado, os mil milhões vão sair dos cofres do Tesouro (provavelmente à custa da emissão de dívida pública). Com a inevitável degradação do “rating” da República portuguesa. Isto é, os contribuintes vão pagar mais cara a dívida que o Estado emite. Mais: dada a “influência” do Governo na CGD (Teixeira dos Santos reconheceu que o Executivo está a usar a instituição para pressionar os outros bancos...), é provável que em 2009 a Caixa precise de mais umas centenas de milhões de euros...

Como se tudo isto não bastasse, o Governo (se lá estivesse outro, faria a mesma coisa) ainda “chantageia” os bancos, instando-os a concederem crédito à economia sob pena de ficarem sem os 20 mil milhões de euros em garantias do Estado. Um disparate (se o fizesse, os bancos portugueses ficariam sem crédito no exterior...) típico dos tempos do PREC, quando os Governos influenciavam os conselhos de crédito dos bancos. Ora, aqui está uma razão para que os bancos privados recusem aumentos de capital subscritos pelo Estado: imagine-se o que era se a banca começasse a tomar decisões em função dos interesses do partido no poder... Haja decoro!

Assembleia Geral. Os accionistas da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) reúnem-se hoje para decidir o futuro da empresa. Em cima da mesa está a mais recente versão do plano de reestruturação, centrado na saúde. Cadilhe já conseguiu 'sossegar' os mais críticos, mas o encontro promete ser 'quente'

SLN vai endividar-se mais para pagar a accionistas

Providência cautelar às acções da SLN Valor já foi suspensa

PEDRO FERREIRA ESTEVES

A Assembleia Geral (AG) da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), que terá lugar hoje, em Lisboa, promete um ambiente tenso, com os accionistas a poderem manifestar a sua revolta pela situação em que a empresa caiu após a nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN). Mas o ambiente podia ser pior para Miguel Cadilhe se o presidente da sociedade não tivesse introduzido um ponto que prevê a aprovação do ressarcimento dos 100 milhões de euros pagos pelos accionistas na primeira tranche do aumento de capital. Para financiar essa devolução de dinheiro, a SLN vai fazer duas emissões de papel comercial no valor total de 85 milhões. Uma medida que visa reduzir o volume da contestação que deverá marcar a reunião de hoje.

Até ao final do ano, serão lançadas duas emissões de papel comercial – uma no valor de 35 milhões de euros e outra de 50 milhões – que visam libertar meios para ressarcir os accionistas. Em paralelo, Miguel Cadilhe continua a negociar a venda da maior parte dos activos da sociedade, no sentido de captar recursos para cobrir as necessidades imediatas de tesouraria. No entanto, ainda nenhum processo está concluído, já que a administração precisa de "luz verde" dos accionistas para avançar com a mais recente versão do plano de reestruturação da SLN.

O novo plano prevê um recentramento na área da saúde, com a aposta em mais duas ou três actividades, entre elas, a Enapal (componentes automóveis). Tudo o resto – cimentos, agro-indústria, seguros, serviços de limpeza e segurança – será vendido, assim o entendam os accionistas. "Será uma AG quente" resumiu ao DN um accionista da SLN que pediu para não ser identificado.

Processar Oliveira Costa

Um dos pontos da reunião diz respeito à votação de acções criminais, civis e judiciais contra os membros da anterior administração, liderada por José de Oliveira Costa. Segundo apurou o DN, durante o dia de ontem decorreu a sessão de julgamento para avaliar o provimento de um arresto dos bens do antigo presidente do BPN e da sua mulher, interposta por alguns accionistas da SLN. Até ao fecho da edição não foi possível confirmar o desfecho desta acção.

Joaquim Coimbra recua

A maior oposição que Miguel Cadilhe tem enfrentado à sua gestão da SLN tem sido protagonizada pelo accionista Joaquim Coimbra, que controla um terço do capital da SLN Valor (a maior accionista da SLN) e mais 1,8% da SLN, directamente.

Na última reunião do conselho superior da SLN, onde foi apresentado o novo plano para



Miguel Cadilhe dificilmente enfrentará uma assembleia geral tranquila

CRÍTICAS A CADILHE

Caso BPN. Os accionistas contestam o facto de Miguel Cadilhe não ter conseguido evitar a nacionalização da unidade bancária do grupo, pondo em risco toda a estrutura financeira das empresas da SLN.

Gestão. A demissão de mais de uma dezena de directores de topo na SLN é um sinal exterior das críticas sobre a falta de atenção que Cadilhe prestou ao resto da sociedade até à saída do BPN da órbita da instituição.

Remuneração. Alguns accionistas não concordam com a remuneração de Cadilhe, em particular o facto de ter garantido a poupança de 10 milhões que tinha perdido pelo facto de assumir a liderança da SLN

Aumento de capital. Os accionistas querem ser ressarcidos dos 100 milhões que investiram no reforço de capital da SLN. Uma proposta que Cadilhe acabou por introduzir nos pontos da Assembleia Geral.

Pontos-chave para o futuro da SLN

PONTO UM Anulação da Operação Cabaz, um reforço de capital de 300 milhões de euros. Reembolso aos accionistas da primeira tranche dessa operação já paga, no valor de 100 milhões

PONTO DOIS Redução do capital para

adequar o valor da sociedade à perda do BPN. O ponto três prevê um eventual aumento posterior para repor o capital social legalmente exigido.

PONTO SETE Cooperação de João Vicente Ribeiro para administrador da SLN no lugar

de Franquelim Alves.

PONTO OITO Interpor acções judiciais, civis ou criminais contra os administradores da SLN até Junho de 2008, incluindo Oliveira e Costa, que sejam autores de "omissões ou actos ilícitos danosos" para a sociedade.

PONTO NOVE Apreciar e deliberar as opções estratégicas para o grupo SLN, onde está incluída a mais recente versão do plano de reestruturação da equipa de Cadilhe que passa pelo recentramento na área da saúde e venda da maior parte dos activos.

reestruturar o banco, o DN soube que Joaquim Coimbra foi um dos elementos que mais verbalizou as críticas à gestão de Cadilhe. Posteriormente, Coimbra avançou com uma providência cautelar sobre as acções da sociedade, já que o accionista queria vender as suas acções e Cadilhe opunha-se. O pedido de arresto das acções foi levantado ontem, na sequência de um acordo entre ambos.

Mas não é só este o ponto de discórdia entre Joaquim Coimbra e Miguel Cadilhe. O accionista também quer comprar os vinhos do grupo (Murganheira, Raposeira e Tapada de Chaves), pretendendo ter prioridade nesse negócio. Mas o presidente da SLN entende que deve vender a quem pagar mais. ■ Com R.S.



ID: 23160780

18-12-2008

BANCA

Accionistas da SLN avaliam processo contra Banco de Portugal

Têm pareceres jurídicos que sustentam ter havido falha da supervisão

Maria João Gago
mjgago@mediadin.pt

Os accionistas da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) estão a equacionar a possibilidade de avançarem com um processo judicial contra o Banco de Portugal (BdP) por ausência de actuação da supervisão no Banco Português de Negócios (BPN). Em causa está o facto de, durante anos, administrações lideradas por José de Oliveira Costa terem cometido diversas irregularidades que resultaram em perdas superiores a 700 milhões de euros e que, perante o agravamento da crise financeira, levaram o Estado a nacionalizar a instituição financeira.

Fontes dos investidores da SLN, que detinha a totalidade do BPN até à nacionalização do banco, adiantaram ao **Negócios** que já existe consenso relativamente à intenção de processar o BdP. No entanto, ainda não foi tomada qualquer decisão formal nesse sentido, quer por accionistas quer por qualquer órgão da "holding" liderada por Miguel Cadilhe.

Entre os accionistas a acção contra o BdP é dada como certa. Uma posição que não será alheia ao facto de a SLN ter vários pareceres jurídicos sustentando que houve falha da supervisão no caso das irregularidades cometidas no BPN entre 2000 e o início de 2008, altura em que Oliveira Costa cedeu à pressão dos investidores para abandonar a liderança. O ex-presidente do banco e do grupo acabou por ser detido preventivamente no mês passado, na sequência das investigações



Vitor Constâncio | Governador do Banco de Portugal é alvo das críticas dos accionistas da SLN.

Pedro Aperta

desencadeadas por denúncias do BdP e de Miguel Cadilhe efectuadas depois do Verão.

Arresto de bens de ex-gestores nas mãos dos tribunais

Além do possível processo contra o BdP, os accionistas da SLN estão ainda a equacionar mover uma acção contra o próprio Estado, por considerarem inconstitucional o critério de fixação da indemnização destinada a compensar os investidores da nacionalização do BPN. A lei das nacionalizações diz que "o valor dos respectivos direitos [será] apurado tendo em conta o efectivo património líquido". A SLN defende que a compensação deve ter em consideração o justo valor do BPN.

Esta acção, assim como o processo contra o BdP, deverão ser discutidos na assembleia geral da "holding" que tem lugar esta tarde. Na reunião, os accionistas serão ainda informados sobre o ponto de situação das providências cautelares que avançaram na semana passada com o objectivo de ordenar o arresto dos bens de alguns dos antigos administradores do BPN e da SLN, processos noticiados pelo "Expresso". Ao que o **Negócios** apurou, o tribunal ainda não tomou uma decisão sobre os pedidos de arresto dos bens do antigo presidente Oliveira Costa e dos ex-gestores António Franco e Francisco Sanches.

Numa segunda fase, os accionistas da SLN pretendem ainda responsabilizar financeiramente o pequeno grupo de investidores da "holding" que terá beneficiado da actuação irregular da antiga gestão.

Anulação do reforço de capital deve ser aprovada

Os accionistas da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) devem aprovar hoje em assembleia geral (AG) a proposta de anulação do aumento de capital e da venda de acções próprias realizadas no Verão. O objectivo desta deliberação é permitir que os accionistas da SLN recuperem os 100 milhões de euros que injectaram na "holding" e evitar que tenham que investir os restantes 200 milhões que deveriam ser entregues em duas tranches posteriores.

A anulação do aumento de capital do grupo liderado por Miguel Cadilhe é proposta pela SLN Valor, que tem 31% do capital. Se a maioria dos accionistas aprovar esta medida, os investidores ficarão credores da SLN, uma vez que, neste momento, a sociedade não dispõe de recursos financeiros para devolver aqueles fundos. Até porque a quase totalidade dos recursos foi aplicada num aumento de capital do Banco Português de Negócios (BPN), no

valor de 80 milhões de euros, e que, pelo menos no imediato, não é possível recuperar, porque a instituição foi nacionalizada.

A própria proposta da SLN Valor admite que o reembolso do dinheiro seja feito de forma "diferida", tendo em conta a real situação da "holding". Recorde-se que o grupo tem em curso um programa de alienação de activos, pelo que a devolução dos recursos injectados pelos accionistas poderá ser feita à medida



A devolução dos 100 milhões de euros que os accionistas injectaram na SLN no Verão passado será feita de forma diferida, devido à situação financeira do grupo.

que se forem concretizando aqueles negócios.

Outro dos pontos importantes da AG de hoje é a aprovação das orientações estratégicas para a SLN após a nacionalização. De acordo com a proposta já aprovada em conselho superior, o grupo vai concentrar-se no negócio da saúde – encontrando um parceiro estratégico para o Grupo Português de Saúde – e irá vender a generalidade das restantes empresas do universo SLN. **MJG**

SLN prepara-se para processar Banco de Portugal



Pareceres jurídicos sustentam que houve falha do Estado português no caso BPN

Os accionistas da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) admitem processar o Banco de Portugal (BdP). Pareceres jurídicos sustentam que

houve ausência de actuação na supervisão no Banco Português de Negócios (BPN), que conduziu à sua nacionalização. **Pág. 10**



PS admite levantar sigilo no BPN

Tribunais. Ricardo Rodrigues anunciou ontem a intenção do PS de requerer o levantamento do sigilo bancário e profissional no caso do BPN

EVA CABRAL

O PS anunciou ontem – na primeira reunião após a posse da comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN – que tenciona utilizar o recurso aos tribunais para superar eventuais recusas de falar mediante a alegação do sigilo profissional ou bancário. Ricardo Rodrigues, do PS, adiantou que nesse caso as audições das personalidades decorrerão à porta fechada, alertando igualmente os jornalistas para o facto de que se aplicará o novo estatuto do jornalista o que implica que, com recurso igualmente ao tribunal, estes tenham que revelar a fonte que está na origem da eventual quebra do segredo de justiça.

A questão assume especial relevância pelo facto de actualmente o caso BPN estar a ser alvo de investigação, fac-

to que levará amanhã o Procurador-Geral da República a ser ouvido na Comissão Parlamentar de Orçamento.

Maria de Belém Roseira, a deputada do PS que preside à comissão de inquérito, voltou a suscitar a questão dos vice-presidentes uma vez que na sessão de posse tinha ficado decidido que estas seriam asseguradas pelo PSD, como José Pedro Aguiar-Branco, e pelo CDS/PP através de Nuno Melo, mas os populares perderam expressão política após a desfiliação de José Paulo Carvalho. Coube, assim, à bancada do PCP designar um vice-presidente, com o lugar a ser assegurado por Honório Novo.

Na reunião foi levantada igualmente a questão dos eventuais conflitos de interesses, com Maria de Belém a defender ser uma matéria “em que há uma avaliação individual”. Não ficou ainda agendada a data da próxima reunião onde será, ainda, aprovado o seu regulamento, estando pendente a decisão de quem será o relator. ■